

CAPÍTULO 7

Repensando as dimensões do apartidarismo brasileiro: uma análise das bases sociais, atitudinais e comportamentais do eleitorado

Filipe Vicentini Faeti; Éder Rodrigo Gimenes; Daniel Leonel da Rocha

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar quais os efeitos do aumento da sofisticação política sobre formas convencionais e não convencionais de participação. O recente debate protagonizado por pesquisadores como Russell Dalton (2013), apontam para uma mudança no padrão de cidadania em democracias consolidadas, com indivíduos mais críticos e apartidários. Para o referido autor, a apatia do eleitorado não seria sinal de crise das instituições representativas, mas sim, sofisticação política dos ativistas, uma vez que a ausência de ativismo tradicional seria equiparada e/ou até superada pela atuação em atividades contestatórias. Julian Borba, Eder Rodrigo Gimenes e Ednaldo Aparecido Ribeiro, em artigo de 2015, testaram esta hipótese para o caso brasileiro e verificaram que a sofisticação política tem impacto sobre o perfil mais crítico e apartidário dos cidadãos brasileiros. Neste artigo, replicamos o estudo dos referidos autores a partir de dados atualizados sobre o Brasil. Os resultados confirmam as previsões do estudo de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) e apontam para o aumento da importância da sofisticação política como condicionante da participação.

Palavras-chave: partidarismo; sofisticação política; comportamento político; democracia.

1. Introdução

Embora a agenda recente da Ciência Política identifique o declínio das instituições representativas, em especial as organizações partidárias, alguns autores como Katz e Mair (1993) argumentam que essa queda não implica necessariamente em crise, mas no desempenho de papéis procedimentais da gestão democrática. Em

diagnóstico semelhante, a literatura comportamental destaca que a apatia dos eleitores, o declínio do ativismo tradicional e o aumento no engajamento em modalidades contestatórias podem ser resultados de eleitorados cada vez mais alheios à política, mas também decorrentes da sofisticação política desses indivíduos, especialmente em democracias consolidadas.

Sob essa segunda perspectiva, o desalinhamento partidário não representaria um risco para a democracia, uma vez que os eleitores não estariam abandonando suas crenças no regime, mas assumiriam distintas posturas com relação à maneira como vivenciam a vida política. Conforme a proposta de classificação dos eleitores de Dalton (2013), esse eleitorado mais sofisticado politicamente se aproximaria do ideal democrático, pois pautaria seus valores, atitudes e comportamentos pela racionalidade.

Com vistas a verificar se a perspectiva do referido autor se aplicaria ao caso brasileiro, Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) analisaram dados de opinião pública coletados pelo Latin American Public Opinion Project (LAPOP) em 2012 em seu artigo “Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro”. De modo sintético, os autores confirmaram a diferenciação do eleitorado nacional, naquele momento, a partir dos quatro perfis de eleitores definidos por Dalton (2013) para o contexto estadunidense e para um conjunto de países europeus. Posteriormente, Gimenes (2017) confirmou a adequabilidade do constructo teórico para o conjunto de países da América Latina, incluído o Brasil, em análise referente ao período 2006-2014.

Considerando que o contexto sociopolítico brasileiro sofreu expressivas alterações desde 2012, a pertinência da tipologia explicativa de Dalton (2013) e a recente discussão internacional em torno da persistência dos regimes democráticos diante de fenômenos tratados como crises ou desconsolidação, este paper tem o objetivo de atualizar a análise sobre as bases sociais, atitudinais e comportamentais do

eleitorado brasileiro. Para tanto, revisitamos o texto de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), replicamos seus modelos de regressão para as ondas posteriores do LAPOP (2014, 2017 e 2019) e propomos explicações para a evolução dos perfis do eleitorado e seu impacto sobre a cultura política dos brasileiros.

2. Aspectos conjunturais sobre o apartidarismo no Brasil

Para além desse debate recente, o constructo teórico deste paper é parcialmente o mesmo daquele de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), no que se refere à questão da relevância do partidarismo estar em xeque diante de diagnósticos que apontam o afastamento dos eleitores e a redução da identificação partidária em democracias consolidadas.

Nesse sentido, o balanço teórico exposto por Gimenes (2017) enfoca aspectos que cabem aqui ser destacados, quais sejam: [a] o partidarismo importa para a estruturação de preferências eleitorais e outros posicionamentos e atuação política dos indivíduos; e [b] a despeito do quadro teórico que entende como negativa ao desenvolvimento da democracia, há perspectiva de fortalecimento do regime mesmo que os cidadãos se afastem dos partidos. De modo sucinto, trata-se de aspectos que remetem ao fato de que compreender as relações dos indivíduos com partidos é salutar em regimes democráticos, inclusive no que diz respeito à ausência de manifestação de laços partidários, que também contribui ao funcionamento do regime.

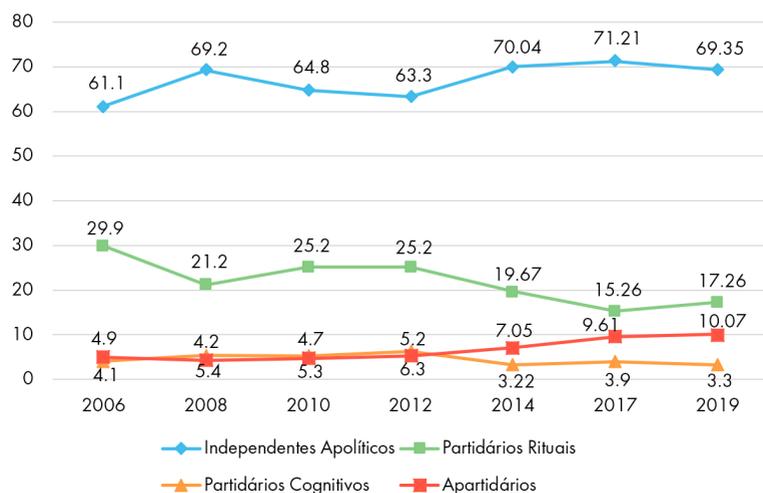
Para Dalton (2013), os eleitores poderiam ser classificados a partir da combinação entre dois indicadores: a manifestação de simpatia partidária e a presença cumulativa de escolarização e interesse por política, que conformariam uma variável denominada mobilização cognitiva. Isto posto, os quatro perfis de eleitores presentes nos Estados Unidos e em diversos países europeus – e também na Amé-

rica Latina, conforme Gimenes (2017) – seriam: [1] independentes apolíticos, eleitores com ausência dos dois recursos destacados pelo autor, ou seja, que não gozam de expressiva mobilização cognitiva e não nutrem simpatia por nenhum partido, sendo aqueles eleitores com tendência a se manterem alheios à política e que desconhecem seu funcionamento e os atores e instituições, referentes aos quais o voto é incerto (inclusive com relação ao próprio comparecimento eleitoral) e o engajamento não é esperado; [2] partidários rituais, que são indivíduos com baixa mobilização cognitiva e identificados com partidos, os quais tendem a manter sua fidelidade eleitoral à legenda por utilizarem o partido como atalho e sem grande preocupação ou competência para decodificar informações sobre política; [3] partidários cognitivos, que combinam a presença dos dois atributos e também tendem a votar no partido com o qual se identificam, mas são capazes de avaliar seu desempenho no governo e na oposição e também as propostas de campanhas, não sendo eleitores completamente “devotos”, que podem vir a votar em outras legendas caso não se sintam representados pelas propostas do partido; e [4] apartidários, que não gozam de identificação partidária e dispõem de alta mobilização cognitiva, o que significa que são capazes de estabelecer julgamentos sobre o funcionamento da política sem o viés de um partido e tendem a tomar decisões que contribuam ao melhor funcionamento do regime democrático, sendo que seu voto, portanto, também não é previsível.

Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) explicaram detalhadamente os procedimentos metodológicos para construção dos perfis a partir de dados do LAPOP, bem como destacaram uma análise longitudinal do breve período de tempo coberto pela base até o momento, de 2006 a 2012. Neste paper, até mesmo pela limitação de palavras, nos detemos especificamente a expor a evolução dos percentuais do

eleitorado brasileiro distribuídos nos quatro perfis definidos no parágrafo anterior.

Gráfico 1. Evolução do perfil do eleitorado brasileiro entre 2006 e 2019



Fonte: Elaborado pelos autores com dados de LAPOP (2006-2019).

Os dados expostos no gráfico acima demonstram a persistência de independentes apolíticos entre o eleitorado brasileiro ao longo do período analisado, com percentuais sempre superiores a 60% do eleitorado. Em sentido oposto, com variação expressiva temos a redução partidários rituais, o que é um indício de que muitos cidadãos com baixa mobilização cognitiva deixaram de se identificar com partidos políticos, principalmente desde 2014. Por outro lado, com relação àqueles que manifestam alta mobilização cognitiva, também verificamos mudanças expressivas após 2014: os percentuais de apartidários cresceram nas últimas três ondas do LAPOP, a ponto de se aproxi-

marem do dobro da medida constatada em 2012, ao passo que os partidários cognitivos sofreram redução à praticamente metade. Para esses perfis, a mesma explicação se repete: parte dos eleitores com alta mobilização cognitiva também deixaram de se identificar com partidos no Brasil. A partir dessas informações é possível um conjunto amplo de observações e discussões, contudo nos limitamos a compreender a maneira como essa distribuição dos perfis de eleitores no país se relaciona com aspectos da cultura política.

Esses dados reforçam a relevância de compreendermos quem são os brasileiros que compõem cada perfil e sua relação com aspectos democráticos, especialmente por nossa população ser majoritariamente composta por independentes apolíticos, que tendem a ser os eleitores mais afastados da política, o que pode ser negativo pelo impacto que exercem na totalidade do eleitorado. Por outro lado, como os demais perfis são mais articulados com a temática, também é pertinente considerar que, mesmo representando percentual minoritário da população, sejam capazes de balizar aspectos da política, das eleições e da democracia em geral.

A pertinência dessa investigação ancora-se no fato de que a conjuntura política sofreu expressivas alterações desde o início da década. O ano de 2013 foi marcado por manifestações e protestos de rua que inicialmente reivindicavam a redução das tarifas de transporte coletivo e médias e grandes cidades e também o direito à cidade e se estenderam a pautas amplas, como investimento em políticas públicas, combate à corrupção e até mesmo a negação de políticos, partidos e da própria política (TATAGIBA, 2014). No bojo dessas manifestações ocorreu a Copa das Confederações, grande evento esportivo que precedia a Copa do Mundo a ser realizada no ano seguinte, quando nos estádios surgiram cartazes que levaram demandas das ruas, como os dizeres “Queremos escola padrão FIFA”, criticando o elevado investimento estatal para a realização dos me-

ga-eventos esportivos – cuja tríade se completaria com a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016.

Em 2014, além da continuidade dos protestos durante a Copa do Mundo, a campanha eleitoral presidencial foi tensa e competitiva, com apertada vitória de Dilma Rousseff à reeleição, conduzindo o Partido dos Trabalhadores (PT) ao seu quarto mandato consecutivo. De modo irresponsável com relação às regras do jogo democrático, o candidato derrotado Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) iniciou logo após o fim do segundo turno o burburinho de que o resultado das urnas não seria legítimo, o que acirrou os ânimos e fortaleceu as manifestações de grupos anti-petistas (SOUZA, 2016).

Após a posse de Dilma, com a menor base governista no Poder Legislativo dentre os governos petistas, ocorreu uma articulação de parte dos deputados e senadores para instituir um processo de cassação do mandato da presidenta por crime de responsabilidade fiscal, o que insuflou às ruas cada vez mais grupos organizados de direita, com correspondentes manifestações de signatários do PT e de partidos de esquerda que defendiam a democracia e se posicionavam contrários ao golpe em curso. Ainda assim, em meados de 2016 Dilma sofreu impeachment e o clima das manifestações de rua seguiu acirrado nos anos do mandato de seu vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), inclusive diante da prisão do ex-presidente Lula sem comprovação de que cometera atos ilícitos que justificassem seu cárcere.

A eleição presidencial de 2018 tornou ainda mais latente o clima conflituoso entre indivíduos identificados com partidos e pautas de esquerda e moral e culturalmente progressistas versus aqueles de direita conservadores morais e liberais econômicos. A vitória de Jair Bolsonaro (atualmente sem partido) por uma legenda com reduzido destaque nacional, o Partido Social Liberal (PSL) acendeu um alerta

sobre um risco à democracia, especialmente pelas pautas defendidas pelo candidato, relacionadas à intervenção militar e à exaltação da ditadura vivenciada décadas antes no país.

Como contraponto à perspectiva de que a redução do partidário seria negativa à democracia, livros recentes de Dalton (2018), Mason (2018), Abramowitz (2018) e Norris e Inglehart (2019) têm enfatizado que os eleitores não necessariamente se afastam da política quando não se identificam com partidos e que na atualidade o que tem sido verificada é a modificação da clivagem predominante para o posicionamento e o voto, que deixou de ser majoritariamente focado em aspectos econômicos e passou a ser balizado também por aspectos culturais, especialmente valores de auto-expressão relacionados à defesa e garantia de direitos de minorias, como mulheres, a comunidade LGBTI+, negros e imigrantes, por exemplo. Em contrapartida, grupos que sentiram perda de hegemonia por conta da redução de seu status quo em comparação com os demais passaram a também se articular para ocupar espaços políticos, o que remete tanto às ruas – espaço tradicional e historicamente ocupado por movimentos de esquerda – quanto à eleição de candidatos conservadores.

Em diálogo com a literatura internacional, temos o caso dos Estados Unidos com Donald Trump como parâmetro comparativo, pois também se tratava de candidato outlier com relação aos grandes nomes políticos nacionais que se elegeram após campanha baseada em propostas pouco afeitas à democracia. No contexto estadunidense, Levitsky e Ziblatt (2018) acenaram para o risco de morte da democracia quando candidatos anti-democratas se elegem, pois são capazes de minar o regime silenciosamente, até sua implosão.

Por outro lado, Mounk e Foa (2017a; 2017b) afirmam que a democracia se pauta pela disputa entre modos de governar e os enfrentamentos à sua manutenção são parte do processo, uma vez que não é correto considerar que mesmo países que vivem sob tal regi-

me há séculos gozam de democracias consolidadas, mas que sua efetividade está sempre à prova. Nesse sentido, os referidos autores destacam que é incorreto tratar de processos de desconsolidação democrática, o que contrapõe a análise exposta no parágrafo anterior.

Assim, cabe-nos ampliar a análise empreendida por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) com dados referentes ao ano de 2012, a fim de compreender a evolução dos perfis dos eleitores brasileiros e sua relação com valores, atitudes e comportamentos políticos a partir de dados coletados pelo LAPOP nos anos de 2014, 2017 e 2019.

3. Evolução dos perfis dos eleitores brasileiros

Considerando nossa finalidade de revisitar a análise de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) para atualizá-la até a última onda disponível de dados do LAPOP, replicamos os modelos de regressão para a identificação dos perfis de cada tipo de eleitor, conforme definido por Dalton (2013), para o caso brasileiro. Ademais, para fins de comparação, reproduzimos os resultados de 2012 neste paper, a fim de possibilitar a visualização dos modelos para as quatro ondas do LAPOP do período 2012-2019¹.

As tabelas 1 a 4 expõem os modelos com preditores dos perfis do eleitorado nacional para os anos de 2012, 2014, 2017 e 2019, respectivamente. As variáveis independentes dos modelos são sexo, idade, etnia, estado civil e área de residência. Sobre tais variáveis, destacamos que: sexo foi codificado para identificação do atributo masculino por conta da sub-representação feminina na política, em geral e partidária (RIBEIRO, 2011; WHITELEY, 2011; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012); idade foi inserida como variável contínua, em anos, consideradas as experiências cumulativas dos indivi-

¹ Todas as recodificações de variáveis constam no apêndice metodológico.

duos com a política (INGLEHART, 1990; O'NEILL, 2001); estado civil tomou como referência categoria casado por conta das experiências relacionadas à vida conjugal (DALTON, 2013); etnia contrapôs brancos e não brancos, dado o status de maioria étnica; e área de residência considerou a prevalência da moradia em região urbana por conta de recursos. Etnia e área de residência correspondem a aspectos de centralidade social (REIS; CASTRO, 2012).

Tabela 1. Preditores dos perfis do eleitorado brasileiro (2012)

	Independentes Apolíticos		Partidários Rituais		Partidários Cognitivos		Apartidários	
	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)
Sexo [masculino]	-,049	,952 (,109)	,047	1,048 (,121)	,141	1,151 (,237)	-,031	,969 (,216)
Idade	-,148	,863* (,053)	,240	1,271 *** (,059)	-,225	,799* (,119)	-,013	1,013 (,107)
Etnia [branco]	-,111	,895 (,113)	-,168	,845 (,128)	,470	1,601 (,238)	,517	1,676* (,217)
Estado civil [casado]	,066	1,068 (,113)	-,125	,883 (,125)	-,077	,926 (,245)	,317	1,373 (,231)
Residência [área urbana]	-,333	,717 (,174)	,089	1,093 (,188)	1,221	3,390* (,596)	,491	1,635 (,403)
Constante	1,609	4,996 *** (,396)	-1,810	,164 (,432)	-5,105	,006 *** (1,258)	-4,046	,018 *** (,891)
% de acertos	63,2		75,0		94,9		93,8	

N= 1416

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Borba, Gimenes e Ribeiro, 2015

Tabela 2. Preditores dos perfis do eleitorado brasileiro (2014)

	Independentes Apolíticos		Partidários Rituais		Partidários Cognitivos		Apartidários	
	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)
Sexo [masculino]	-0.251	0.777 (0.23)	0.223	1.251 (0.26)	0.504	1.656 *** (0.19)	-0.736	0.478 *** (0.07)
Idade	0.036	1.036 ** (0.01)	0.019	1.019 ** (0.01)	0.005	1.005 (0.00)	-0.020	0.979 *** (0.00)
Etnia [branco]	-0.652	0.520* (0.16)	-0.885	0.412 *** (0.09)	0.224	1.251 (0.15)	0.244	1.276 (0.18)
Estado civil [casado]	-0.263	0.768 (0.25)	0.004	1.004 (0.23)	-0.122	0.884 (0.11)	0.199	1.221 (0.17)
Residência [área urbana]	-0.323	0.723 (0.35)	-0.427	0.652 (0.22)	-0.247	0.781 (0.13)	0.511	1.667 ** (0.30)
Constante	2.884	17.889 (10.87) ***	2.498	12.166 *** (5.12)	-1.132	0.322 *** (0.07)	2.045	7.729 *** (1.90)
N	1483		1483		1483		1483	
R ²	0.011		0.018		0.019		0.042	

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP, 2014

Conforme explicado por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) em análise dos dados de 2012, os atributos sociodemográficos são pouco expressivos para identificarmos a diferenciação entre os quatro perfis no eleitorado brasileiro, uma vez que a maioria das variáveis não se confirmou como preditora nos modelos. Tomando os dados das tabelas 1 a 4 em conjunto, essa constatação se confirma parcial-

mente, uma vez que nenhuma variável se revelou explicativa para qualquer um dos perfis na totalidade de ondas analisada.

Tabela 3. Preditores dos perfis do eleitorado brasileiro (2017)

	Independentes Apolíticos		Partidários Rituais		Partidários Cognitivos		Apartidários	
	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)
Sexo [masculino]	-0.087	0.916 (0.25)	-0.755	0.469 *** (0.09)	0.275	1.317* (0.15)	0.087	1.091 (0.16)
Idade	0.015	1.015 (0.01)	0.006	1.006 (0.01)	0.009	1.009* (0.00)	-0.021	0.978 *** (0.00)
Etnia [branco]	-0.743	0.475 ** (0.13)	-0.116	0.890 (0.17)	0.127	1.136 (0.14)	0.106	1.112 (0.18)
Estado civil [casado]	-0.401	0.668 (0.20)	-0.095	0.909 (0.19)	0.004	1.004 (0.13)	0.143	1.153 (0.19)
Residência [área urbana]	-1.572	0.207* (0.15)	-0.506	0.602 (0.18)	0.084	1.088 (0.19)	0.405	1.499* (0.29)
Constante	4.522	92.046 *** (73.78)	2.924	18.632 *** (7.10)	-1.502	0.222 *** (0.05)	2.122	8.353 *** (2.24)
N	1469		1469		1469		1469	
R ²	0.012		0.015		0.009		0.017	

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP, 2017

Para os independentes apolíticos, a idade apresentou efeitos contraditórios, negativo em 2012 e positivo em 2014, ao passo sexo e estado civil não foram significativos em nenhuma onda e a área de residência expôs menor chance de pertencimento a esse perfil para residentes na área rural em 2017. O único aspecto estatisticamente consistente verificado foi da etnia, negativo nas ondas de 2014, 2017

e 2019, que permitem inferir que minorias étnicas tendem a se concentrar nesse perfil, algo contraditório e que leva a uma constatação pessimista ao desenvolvimento da democracia: minorias étnicas tendem a ser maioria no grupo de indivíduos alheios aos caminhos da política no Brasil.

Tabela 4. Preditores dos perfis do eleitorado brasileiro (2019)

	Independentes Apolíticos		Partidários Rituais		Partidários Cognitivos		Apartidários	
	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)
Sexo [masculino]	-0.060	0.941 (0.30)	-0.512	0.599* (0.16)	0.279	1.322 (0.22)	-0.087	0.916 (0.19)
Idade	-0.008	0.992 (0.01)	0.009	1.009 (0.01)	0.010	1.010 (0.01)	-0.018	0.981** (0.01)
Etnia [branco]	-0.707	0.492* (0.16)	-0.300	0.740 (0.20)	0.486	1.626** (0.29)	-0.261	0.770 (0.17)
Estado civil [casado]	0.301	1.351 (0.51)	-0.053	0.948 (0.28)	0.034	1.034 (0.19)	-0.142	0.866 (0.20)
Residência [área urbana]	-1.870	0.154 (0.16)	-0.513	0.598 (0.27)	0.134	1.144 (0.28)	0.426	1.531 (0.42)
Constante	4.981	145.709** (160.64)	2.669	14.438*** (7.97)	-1.534	0.215*** (0.07)	2.148	8.570*** (3.31)
N	696		696		696		696	
R ²	0.016		0.011		0.024		0.023	

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP, 2019

Para os partidários rituais encontramos o menor número de características sociodemográficas predictoras, nenhuma significativa em

mais de duas ondas do LAPOP analisadas. Os modelos demonstram que não brancos tendiam a ser maioria nesse perfil em 2014, que em 2012 e 2014 havia mais chance de pertencer a tal perfil conforme aumentava a idade do indivíduo e que em 2017 e 2019 mulheres tendiam mais a ser partidárias rituais do que homens.

Com relação aos partidários cognitivos, os efeitos também são pouco expressivos: moradores de áreas urbanas se destacaram em comparação com residentes em áreas rurais em 2012 e brancos tenderam mais a compor esse perfil em 2019, ao passo que em 2014 e 2017 houve significância para a predominância masculina. Por outro lado, foi identificado que quanto mais jovem maior a chance de ser partidário cognitivo em 2012 e o inverso em 2017, ou seja, que os mais velhos tenderiam mais do que os jovens a pertencer a esse perfil.

Por fim, para os apartidários encontramos efeito positivo para etnia e negativo para sexo em apenas uma onda cada, 2012 e 2014 respectivamente, indicando que, em seu ano, brancos e mulheres tenderiam a compor o perfil ideal democrático. A área de residência foi expressiva em 2014 e 2017, quando morar em espaços urbanos esteve atrelado a pertencer a esse perfil. O último efeito, de destaque, é a relação negativa entre idade e ser apartidário em 2014, 2017 e 2019, o que implica inferir que, conforme destacado pela literatura desde Norris (2007) e Inglehart e Welzel (2009), os jovens tendem a buscar formas menos hierarquizadas e tradicionais de se envolver com a política, de modo que não se vinculam a partidos, por exemplo.

Contudo, para além desses efeitos é importante destacar que, grosso modo, a pouca diferenciação entre os perfis identificada por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) persiste entre os brasileiros, de modo que, em termos sociodemográficos, há relativa homogeneidade entre a distribuição dos indivíduos com relação a sexo, idade, etnia, estado civil e área de residência entre os perfis de independentes apolíticos, partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários.

4. Evolução dos valores, atitudes e comportamentos políticos dos brasileiros

Diante dos esparsos resultados com relação aos determinantes dos perfis dos eleitores brasileiros, avançamos à segunda etapa de atualização dos dados decorrentes da investigação de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015). Nesse sentido, nesta seção expomos os resultados de modelos de regressão que testaram a capacidade preditiva dos perfis sobre valores, atitudes e comportamentos políticos dos brasileiros, tendo como variáveis de controle as características sociodemográficas presentes nos modelos expostos na seção anterior.

Conforme explicam os autores mencionados,

[...] realizamos cinco diferentes testes: o primeiro, relacionado a valores democráticos, se detém na questão da adesão ao democratismo; o segundo e o terceiro tratam de medidas de competência política e se referem à busca por informação política e ao sentimento de eficácia política subjetiva; e o quarto e o quinto modelos, relacionados à participação cívica e à ação política, apresentam testes multivariados que relacionam o perfil do eleitorado brasileiro com a participação por meio do voto (comparecimento eleitoral) e de atividades de protesto (BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015, p. 40).

Cabe destacar que nossa interpretação dos resultados das tabelas 5 a 8, que correspondem à replicação dos dados expostos por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) referentes ao ano de 2012 e aos testes que produzimos para as ondas de 2014, 2017 e 2019, respectivamente, é segmentada em duas etapas: a primeira diz respeito à análise dos determinantes de cada um dos aspectos de cultura política destacados, com ênfase aos perfis enquanto variáveis independentes e também às características sociodemográficas, que gozam de relevantes efeitos em alguns casos a despeito de serem utilizadas como controles; posteriormente, consideramos especialmente a capacidade explicativa dos perfis sobre o conjunto de valores, atitudes e comportamentos testados. Ademais, cabe destacar que para consi-

derarmos os efeitos de ser apartidário, partidário cognitivo e partidário ritual nos modelos de regressão tomamos os independentes apolíticos como categoria de referência, por ser aquela determinada pela ausência dos atributos simpatia partidária e mobilização cognitiva.

Em se tratando do democratismo, que corresponde a um conjunto de variáveis que mensuram a adesão dos indivíduos à democracia, os resultados foram dissonantes nos anos analisados. Com relação aos perfis, em comparação com independentes apolíticos, identificamos que há maior propensão a ser partidários rituais em 2012, apartidários em 2012 e 2017 e partidários cognitivos em 2017 e 2019. Já em termos sociodemográficos, cidadãos casados tenderam a ser mais democratas em 2012 e 2014, ao passo que não brancos se revelaram mais democráticos em 2012 e quanto mais velhos, maior a chance de manifestarem o democratismo em 2017. Esse conjunto de resultados revela indícios de impactos da mobilização cognitiva, do partidarismo e de idade, etnia e estado civil sobre a maneira como os brasileiros apoiam a democracia no período 2012-2019, mas o resultado conjunto desses modelos explicita a ausência de padrão determinado de quem são esses brasileiros, o que significa que há relativa homogeneidade no apoio dos indivíduos ao regime, com exceção de momentos em que, pontualmente, grupos com determinadas características se destacam com relação a outros.

A busca por informações também permitiu identificarmos diferenciação entre os perfis comparados com os independentes apolíticos, sempre positivamente: para partidários rituais em 2012, para partidários cognitivos e apartidários em 2012, 2017 e 2019. Considerando que a busca por informação é plausível relacionarmos a capacidade de decodificação dos conteúdos, é pertinente que os perfis que possuem maior mobilização cognitiva se destaquem majoritariamente em comparação com os independentes apolíticos. Ademais, a elevação da idade implicou em maior procura por informações em

Tabela 5. Preditores de valores, atitudes e comportamentos políticos do eleitorado brasileiro (2012)

	Democratismo		Busca por informações		Eficácia política		Comparcimento eleitoral		Profesto	
	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)
Apartidário	,734	2,084* (,283)	,938	2,555** (,235)	1,072	2,921** (,226)	1,226	3,408* (,524)	1,886	6,590** (,359)
Partidário cognitivo	,287	1,332 (,283)	,886	2,425** (,253)	,838	2,311* (,251)	,265	1,303 (.374)	1,886	6,591** (,371)
Partidário ritual	,352	1,423* (,151)	,464	1,591** (,127)	,560	1,751** (,139)	,532	1,702* (,219)	,437	1,547 (,333)
Sexo [masculino]	,187	1,205 (,124)	,173	1,189 (,107)	,257	1,294* (,121)	-,174	,840 (1,167)	,473	1,605 (,260)
Idade	,003	1,003 (,005)	,002	1,002 (,004)	,002	1,002 (,004)	,022	1,023* (,007)	-,015	,986 (,010)
Etnia [Branco]	-,324	,724* (,128)	-,183	,833 (,112)	-,022	,978 (,127)	-,092	,912 (1,174)	-,033	,967 (,265)
Estado Civil [Casado]	,401	1,494* (,127)	,159	1,173 (,110)	,043	1,044 (,126)	,558	1,748* (,171)	-,479	,620 (,265)
Residência [Área Urbana]	,147	1,158 (,196)	,373	1,452* (,166)	,240	1,271 (,198)	,053	1,055 (,249)	,385	1,470 (,482)
Constante	-,016	,984 (,450)	-,1295	,274* (,385)	-,2,197	,111** (,450)	,953	2,594 (,585)	-,4,221	,015** (1,066)
N		1299		1438		1416		1456		1453
% de acertos		71,3		58,5		72,0		88,5		95,3

Nota: * p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Fonte: Borba, Gimenes e Ribeiro, 2015

Tabela 6. Preditores de valores, atitudes e comportamentos políticos do eleitorado brasileiro (2014)

	Democratismo		Busca por informações		Eficácia política		Comparcimento eleitoral		Protesto	
	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)
Apartidário	0.414	1.513 (0.49)	0.213	1.238 (0.48)	0.651	1.919* (0.61)	-0.242	0.784 (0.32)	1.494	4.456*** (1.79)
Partidário cognitivo	0.232	1.261 (0.38)	0.490	1.633 (0.60)	0.966	2.628** (0.79)	0.407	1.502 (0.56)	1.931	6.896*** (2.42)
Partidário ritual	-0.272	0.761 (0.28)	-0.423	0.654 (0.30)	0.040	1.041 (0.37)	-0.291	0.747 (0.34)	0.679	1.972 (0.82)
Sexo [masculino]	0.078	1.082 (0.12)	-0.010	0.989 (0.12)	0.414	1.513*** (0.17)	-0.305	0.736* (0.10)	-0.263	0.768 (0.16)
Idade	0.004	1.004 (0.00)	0.000	1.000 (0.00)	0.003	1.003 (0.00)	0.066	1.068*** (0.01)	-0.041	0.959*** (0.01)
Etnia [Branco]	-0.046	0.954 (0.11)	0.311	1.365* (0.18)	-0.071	0.931 (0.11)	-0.086	0.917 (0.14)	-0.012	0.987 (0.22)
Estado Civil [Casado]	0.282	1.326* (0.16)	0.163	1.177 (0.15)	0.123	1.130 (0.14)	1.090	2.977*** (0.52)	-0.205	0.814 (0.20)
Residência [Área Urbana]	0.121	1.128 (0.19)	0.877	2.404*** (0.38)	0.213	1.238 (0.21)	-0.144	0.865 (0.18)	0.698	2.011 (0.74)
Constante	-0.785	0.455 (0.31)	0.071	1.074 (0.88)	-2.228	0.107*** (0.07)	-0.777	0.459 (0.39)	-3.983	0.0186*** (0.02)
N	1359	1483	1483	1479	1479	1481	1482	1482	1482	1482
% de acertos	0.014	0.038	0.038	0.033	0.033	0.247	0.247	0.065	0.065	0.065

Nota: * p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP, 2014

Tabela 7. Preditores de valores, atitudes e comportamentos políticos do eleitorado brasileiro (2017)

	Democratismo		Busca por informações		Eficácia política		Comparcimento eleitoral		Protesto	
	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)
Apartidário	0.914	2.494* (0.83)	1.453	4.279** (1.76)	1.174	3.236*** (1.07)	0.677	1.969 (0.93)	1.183	3.266*** (1.10)
Partidário cognitivo	1.068	2.91*** (0.90)	1.465	4.330** (1.69)	1.948	7.021** (2.16)	0.951	2.589* (1.13)	1.730	5.640*** (1.67)
Partidário ritual	0.020	1.020 (0.36)	-0.208	0.811 (0.38)	0.230	1.259 (0.44)	0.665	1.946 (0.94)	0.366	1.442 (0.48)
Sexo [masculino]	0.090	1.094 (0.12)	0.154	1.167 (0.13)	0.518	1.680** (0.20)	-0.202	0.816 (0.12)	0.276	1.317 (0.21)
Idade	0.008	1.008* (0.00)	0.018	1.018** (0.00)	0.008	1.008* (0.00)	0.078	1.081** (0.01)	-0.016	0.983** (0.01)
Êtnia [Branco]	0.057	1.058 (0.13)	0.422	1.525*** (0.19)	-0.157	0.853 (0.11)	0.049	1.051 (0.17)	0.020	1.020 (0.17)
Estado Civil [Casado]	0.139	1.149 (0.14)	0.141	1.152 (0.15)	-0.082	0.920 (0.12)	0.635	1.888** (0.37)	-0.159	0.852 (0.16)
Residência [Área Urbana]	0.214	1.239 (0.20)	0.015	1.015 (0.16)	0.134	1.144 (0.20)	-0.353	0.702 (0.15)	-0.304	0.737 (0.16)
Constante	-1.602	0.201* (0.14)	-1.841	0.158* (0.14)	-3.020	0.048** (0.03)	-2.506	0.081** (0.08)	-2.948	0.052*** (0.04)
N		1446		1468		1463		1466		1467
% de acertos		0.037		0.071		0.113		0.210		0.062

Nota: * p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP, 2017

Tabela 8. Preditores de valores, atitudes e comportamentos políticos do eleitorado brasileiro (2019)

	Democratismo		Busca por informações		Eficácia política		Comparcimento eleitoral		Protesto	
	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)
Apartidário	0.196	1.217 (0.50)	1.273	3.574* (2.04)	2.108	8.236** (3.70)	1.824	6.200* (4.74)	1.704	5.497*** (2.51)
Partidário cognitivo	0.825	2.282* (0.83)	1.577	4.843** (2.61)	2.302	9.996** (4.16)	1.786	5.968* (4.40)	2.513	12.345** (4.90)
Partidário ritual	-0.515	0.597 (0.28)	0.249	1.283 (0.82)	0.960	2.611* (1.24)	1.024	2.785 (2.27)	0.970	2.640* (1.18)
Sexo [masculino]	0.161	1.174 (0.19)	0.052	1.054 (0.18)	0.694	2.003** (0.34)	-0.110	0.895 (0.17)	0.277	1.319 (0.37)
Idade	0.001	1.001 (0.01)	0.021	1.021** (0.01)	0.007	1.007 (0.01)	0.021	1.021** (0.01)	-0.021	0.978* (0.01)
Etnia [Branco]	0.182	1.200 (0.22)	0.021	1.021 (0.20)	0.074	1.077 (0.20)	0.025	1.026 (0.23)	0.057	1.059 (0.32)
Estado Civil [Casado]	0.193	1.213 (0.23)	0.089	1.093 (0.22)	0.548	1.731** (0.33)	0.847	2.333** (0.60)	-0.258	0.771 (0.26)
Residência [Área Urbana]	0.071	1.073 (0.26)	0.578	1.783* (0.42)	0.476	1.611 (0.42)	0.198	1.219 (0.33)	0.120	1.127 (0.52)
Constante	0.222	1.249 (1.06)	-2.274	0.102 (0.12)	-5.138	0.005** (0.01)	-2.776	0.062 (0.10)	-5.075	0.006*** (0.01)
N	681		694		692		696		695	
% de acertos	0.047		0.069		0.137		0.070		0.097	

Nota: * p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do LAPOP, 2019

2017 e 2019, assim como brancos adotaram mais essa atitude em 2014 e 2017 e quem reside em áreas urbanas busca por mais informações em 2012, 2014 e 2019, o que pode estar relacionado, em alguma medida, com a necessidade dos mais velhos e dos brancos reforçarem seus laços com a política após a expansão de valores e pautas pós-materiais e ao fato de que no perímetro urbano é ampliado o acesso à informação, seja impressa ou por conta do acesso à internet.

Os modelos sobre eficácia política subjetiva permitiram identificarmos três variáveis para as quais houve efeito significativo e com mesmo sinal em todas as ondas analisadas: os perfis com alta mobilização cognitiva - apartidários e partidários cognitivos – revelaram maior sentimento de eficácia em comparação com aqueles alheios à política, assim como verificamos entre os homens. Trata-se de resultados coerentes com a teoria mobilizada neste paper, uma vez que se trata dos perfis que gozam de maior interesse por política combinado com escolarização e ainda da confirmação da predominância masculina nos espaços e temas da política. Para além desses resultados, partidários rituais se diferenciaram de independentes apolíticos em 2012 e 2019, o que revela inconstância nessa dissonância ao longo do tempo, e idade e estado civil retornaram apenas um resultado significativo e positivo, cada, o que permite inferir que em 2017 quanto mais velhos mais a chance de manifestarem o sentimento de eficácia política e que em 2019 indivíduos casados sentiriam-se mais eficazes politicamente.

Os resultados dos modelos referentes ao comparecimento eleitoral são os únicos que revelam mais efeitos significativos de características sociodemográficas do que dos perfis, o que se relaciona com a obrigatoriedade do voto no Brasil. Nesse sentido, identificamos diferenciações entre independentes apolíticos e os demais perfis sempre no sentido que os outros tendem mais a votar: partidários rituais em

2012, partidários em 2012 e 2019 e partidários cognitivos em 2017 e 2019. Os efeitos mais robustos referem-se à idade e estado civil, sendo que conforme avançam em tempo de vida os indivíduos têm mais chance de comparecer, assim como aqueles que são casados. Por outro lado, em 2014 houve efeito negativo para sexo, o que significa que no ano da reeleição de Dilma as mulheres estiveram mais pré-dispostas a votar do que os homens, talvez em virtude de que a participação eleitoral é menos onerosa do que outras modalidades de engajamento político, além de exercida de modo pontual.

O último conjunto de modelos refere-se aos protestos, para os quais a mobilização cognitiva se destaca por conta dos efeitos expressivos de diferenciação entre partidários cognitivos e apartidários com relação aos independentes apolíticos em todas as ondas do LAPOP analisadas. Isso significa que aqueles que combinam interesse por política com alta escolarização tendem a manifestar-se de modo contestatório em maior medida do que os alheios à política ao longo do período 2012-2019 no Brasil, o que também se verificou para partidários rituais em 2019. Já entre os efeitos sociodemográficos, apenas a idade foi significativa a partir de 2014, resultado que corrobora a expectativa teórica de que os mais jovens sejam mais afeitos a formas menos burocráticas e institucionalizadas de envolvimento com a política.

De modo geral, observando a capacidade preditora de nossas variáveis independentes, constatamos que a mobilização cognitiva é o principal efeito diferenciador da maneira como os brasileiros estabelecem relações com a política, uma vez que os partidários rituais pouco se diferenciaram dos independentes apolíticos e essa diferenciação percebida em 2012 em quatro dos cinco modelos testados (tabela 5) se diluiu ao longo dos anos, sendo que em 2014 e 2017 não houve diferenciação e em 2019 partidários rituais se diferenciaram dos independentes apolíticos apenas com relação à eficácia política

subjetiva e ao protesto. Assim, a simpatia partidária, como recurso em si (isolado), pouco contribui para que os valores, as atitudes e os comportamentos políticos dos brasileiros não se caracterizem com alienados ou alheios à política.

Por outro lado, partidários cognitivos e apartidários se diferenciaram dos independentes apolíticos em 75% dos efeitos possíveis, cada, sendo que para busca por informação encontramos resultados estatisticamente aceitáveis nas mesmas ondas (apenas não verificado em 2014) e em todos os anos para eficácia política e protesto. Assim, temos que o recurso da mobilização cognitiva é mais relevante à cultura política dos brasileiros do que a manifestação de partidarismo, o que, por um lado, reforça os achados de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) e coaduna com aqueles de Gimenes (2017).

Sobre os demais efeitos, os resultados denotam que, a despeito das variáveis sociodemográficas serem pouco explicativas sobre os perfis dos eleitores, contribuem, ainda que parcialmente, para compreendermos sua cultura política. A idade foi a única variável de controle significativa, ainda que pontualmente, para todos os cinco diferentes modelos, tendo manifestado efeitos positivos para o comparecimento eleitoral em todos os anos e esporadicamente para democratismo, busca por informação e eficácia política. De modo contrário em termos de efeito, mas em concordância com a literatura, para o protesto os efeitos constatados foram negativos. Destaque-se a relevância da idade nos modelos de 2017 (tabela 7), quando o aumento do número de anos de vida foi determinante, em alguma medida, a todos os valores, atitudes e comportamentos políticos entre os brasileiros. Cabe destacar que o país se encontrava em meio ao governo Temer e insuflado por manifestações de ruas de grupos posicionados à direita e à esquerda, de modo que se os jovens tenderam mais aos protestos, os mais velhos direcionaram-se para outras formas de relacionamento com a política.

Com relação às demais variáveis, os efeitos de sexo, etnia e residência em área urbana foram destacados ao longo das explicações sobre os modelos. Cabe considerar, então, o estado civil, que teve efeitos positivos para adesão à democracia em 2012 e 2014, para o sentimento de eficácia política em 2019 e para o comparecimento eleitoral em todas as ondas analisadas, o que pode decorrer, conforme argumentam Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), do fato de que estar casado (seja formalmente, em união estável ou morando junto) implica experiências de vida relacionadas ao desenvolvimento de carreira e constituição de família, que podem aproximar os indivíduos da política por conta, por exemplo, de questões relacionadas ao âmbito do trabalho e da utilização direta e perceptível de políticas públicas.

5. Considerações finais

Os dados analisados por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) datam de quase uma década atrás. Desde então, a conjuntura política nacional sofreu diversas inflexões e modificações, como as ondas de protestos por grupos e movimentos de esquerda e de direita, o impeachment de Dilma Rousseff e a eleição de Bolsonaro com falas e posicionamentos autoritários. De modo amplo, também o quadro teórico sobre partidarismo e democracia viu-se alteado por obras que sinalizam as possibilidades de crise, morte ou desconsolidação democrática e por outras que argumentam que o afastamento dos eleitores com relação aos partidos é parte de uma mudança da perspectiva centrada na clivagem econômica para aspectos culturais.

Diante desse contexto, atualizamos a análise de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) para as demais ondas do LAPOP disponíveis até o momento, o que nos permitiu compreender quem são e quais os valores, atitudes e comportamentos políticos do eleitorado brasileiro

para o período entre 2012 e 2019, conforme tipologia de perfis definidos por Dalton (2013).

Isto posto, com relação às características sociodemográficas do eleitorado brasileiro, nossos resultados reforçam aquele encontrado pelos autores citados em 2012: há relativa homogeneidade na distribuição dos cidadãos entre independentes apolíticos, partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários com relação a sexo, idade, status étnico, estado civil e área de residência. Em outras palavras, os atributos sociais e demográficos são pouco expressivos em termos de explicação dos tipos de cidadania analisados.

Adiante, foram analisados os efeitos dos perfis de cidadania sobre valores, atitudes e comportamentos do eleitorado, quais sejam: apoio à democracia, busca por informações, sentimento de eficácia política, comparecimento eleitoral e participação em protestos. Para tais variáveis referentes à cultura política dos brasileiros, nossos resultados evidenciam com maior exatidão a pertinência de considerarmos os perfis dos eleitores como explicativos para as medidas analisadas, sendo que identificamos, especialmente, a relevância da mobilização cognitiva como recurso diferenciador de atitudes, valores e comportamentos dos brasileiros. Ainda, destacamos na seção anterior alguns efeitos de variáveis sociodemográficas sobre a cultura política, com destaque à idade enfatizada na onda de 2017, em meio ao caos político polarizado instituído no Brasil.

Diante do exposto, atendemos ao objetivo de atualizar a análise sobre as bases sociais, atitudinais e comportamentais do eleitorado brasileiro, bem como entendemos que os resultados deste paper contribuem à agenda de pesquisas sobre partidarismo e democracia no Brasil. Concluímos com uma constatação que representa também um ponto de atenção anteriormente destacado por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) e Gimenes (2017): a qualidade e efetividade da democracia no Brasil passam, em alguma medida, pela maneira como

o eleitorado se relaciona com os partidos políticos, mas, principalmente, está atrelada à capacidade de envolver-se com a política e decodificar temas amplos para conseguir posicionar-se e atuar, o que significa que se acentuou, com nossa análise estendida para o período 2012-2019 a preocupação com o fato de que a grande maioria dos brasileiros não possui elevada combinação de interesse por política e escolaridade.

Referências

ABRAMOWITZ, A. I. *The great alignment: race, party transformation, and the rise of Donald Trump*. New Haven: Yale University, 2018.

BORBA, J.; GIMENES, É. R.; RIBEIRO, E. A. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. *Novos Estudos*, n. 101, p. 27-55, 2015.

DALTON, R. J. *Political Realignment: Economics, Culture, and Electoral Change*. Oxford: Oxford University, 2018.

DALTON, R. J. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage, 2013.

GIMENES, É. R. *Eleitores e partidos políticos na América Latina*. Curitiba: Appris, 2017.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University, 1990.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.

KATZ, R.; MAIR, P. The evolution of party organizations in Europe: the three faces of party organization. *The American Review of Politics*, v. 14, p. 593-617, 1993.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. Como as demoracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MASON, L. Uncivil agreement: how politics became our identity. Chicago: University of Chicago, 2018.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. Os sinais da desconsolidação. *Journal of Democracy*, v. 6, n. 1, p. 1-16, 2017a.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The end of the consolidation paradigm. A response to our critics. *Journal of Democracy*, p. 2-27, 2017b.

NORRIS, P. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX, C.; STOKES, S. C. *The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University, p. 628-652, 2007.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University, 2019.

O'NEILL, B. Generational Patters in the Political Opinions and Behaviour of Canadians, *Policy Matters*, Montreal, v. 2, n. 5, 2001.

REIS, F. W.; CASTRO, M. M. M. de. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. *Lua Nova*, São Paulo, n. 26, p. 81-131, 1992.

RIBEIRO, E. A. Cultura política e gênero no Brasil: estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina. In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, p. 195-218, 2011a.

SOUZA, C. A. de. Aptipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015. Em *Debate*, v. 8, n. 3, p. 35-51, mai. 2016.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 35-62, set./dez. 2014.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P., POGUNTKE, T. Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe. *European Journal of Political Research*, n. 51, p. 24-56, 2012.

WITHELEY, P. Is the party over? The decline of party activism and membership across the Democratic World. *Party Politics*, v. 17, n. 21, 2011.

Sobre os autores

Filipe Vicentini Faeti

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: fvfaeti@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7554-6145>.

Éder Rodrigo Gimenes

Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: ergimenes@uem.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2059-186X>.

Daniel Leonel da Rocha

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: daniel.leonel.rocha@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4005-1497>.

